

## Workshop define prioridades

Ambientalistas, pesquisadores e técnicos governamentais participaram do workshop da Amazônia, que terminou no sábado, em Macapá, com a definição de prioridades para a preservação e uso racional da biodiversidade da região.

O grupo que discutiu as áreas de grande pressão antrópica, por exemplo, delimitou num mapa as áreas onde o Governo Federal deve correr com medidas de curto prazo e as áreas que podem esperar ações de médio prazo.

O grupo, composto por 14 especialistas, baseou-se em um mapa de expansão madeireira, do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), no mapa dos assentamentos do Incra, nos levantamentos de desmatamentos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e em avaliações de risco de fogo do Instituto de Pesquisas Ambientais da Amazônia (Ipam).

As regiões cortadas por grandes estradas no eixo Araguaia-Tocantins, entre Cuiabá e Porto Velho, entre Cuiabá e Santarém e na Transamazônica (de Altamira a Itaituba) foram classificadas como altamente críticas. Ali acumulam-se as pressões da exploração madeireira e de novos assen-

tamentos, com maior incidência e risco de fogo.

“Em dois ou três anos, no máximo, o Governo deveria criar estímulos para o manejo florestal em áreas privadas e reforçar as campanhas preventivas contra o fogo”, resume Adalberto Veríssimo, do Imazon. Ele se surpreendeu com o grande número de assentamentos oficiais em áreas economicamente inviáveis,

de solos pobres, sem possibilidade de escoamento da produção.

Nos eixos e pólos de desenvolvimento considerados medianamente críticos - como o oeste do Pará, a ligação Manaus-Boa Vista e a porção não asfaltada da Cuiabá-Santarém - as providências devem ser tomadas dentro de cinco anos. E incluem a criação de florestas para a exploração racional de madeira ou outros produtos, como as Florestas Nacionais (Flonas) e Florestas Estaduais.

Estas também devem ser as principais medidas para áreas menos críticas, mas com risco futuro, como o caminho para o Pacífico, através do Acre, que deveria ser precedido de um planejamento ambiental e de medidas para garantir o uso racional da floresta, num período de cinco a oito anos.

As sugestões farão parte da definição de uma política nacional para a biodiversidade, a ser finalizada no prazo de um ano, segundo Bráulio Dias, do Ministério do Meio Ambiente.

